



TSE blindará eleições de futuros ataques

Tribunal reúne embaixadores e diplomatas para salientar que o sistema de votação é seguro e exprime, com exatidão, a escolha da sociedade. Corte age preventivamente às campanhas internas e externas de colocar em xeque a lisura do resultado

» FABIO GRECCHI
» ARMANDO HOLANDA

O Tribunal Superior Eleitoral passou à ofensiva e, ontem, defendeu a lisura das urnas eletrônicas diante de representantes de outros países acreditados no Brasil. A Corte tenta se antecipar às iniciativas de colocar em xeque o sistema de votação e as eleições de outubro. O presidente do TSE, Kassio Nunes Marques, garantiu que a tecnologia brasileira é referência mundial em segurança e eficiência.

“O Brasil tornou-se, ao longo das últimas décadas, uma referência mundial na realização de eleições. A vanguarda entre as democracias representativas contemporâneas é resultado da contínua e paulatina construção de um processo eleitoral eficiente, ancorado em normativos modernos e sistemas tecnológicos capazes de garantir a transparência, segurança e credibilidade das eleições, visando, sobretudo, a plena vontade das cidadãs e cidadãos”, garantiu.

Técnicos apresentaram informações sobre os mecanismos para garantir a segurança e a integridade da votação. Houve exposições do ministro Dias Toffoli; da secretária da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral, Juliana Sesconetto; da assessora-chefe da Gestão de Identificação do TSE, Marília Loyola; do secretário de Tecnologia da Informação do tribunal, Julio Valente; e do assessor especial de Enfrentamento à Desinformação, Frederico Alvim.

Embaixadores e diplomatas foram convidados para uma reunião, futuramente, sobre a segurança da urna. Nesse novo encontro, os técnicos do TSE também devem apresentar os planos de contingência contra o uso de inteligência artificial na campanha eleitoral.

“A produção de vídeos e áudios que visam manipular ou disseminar conteúdos capazes de enganar o eleitorado, distorcer o debate público, ou comprometer a livre formação da vontade política são uma triste realidade desta década”, lamentou o ministro.

Segundo Nunes Marques, as plataformas digitais também se comprometeram em participar de uma sala de situação na Corte no primeiro e no segundo turno do pleito. As empresas também se comprometeram a entregar ao TSE planos de conformidade para as eleições.

Leobark Rodrigues/TSE



Nunes Marques (ao centro) na sessão com embaixadores e diplomatas. Encontro também serviu para atender ala do TSE preocupada com ações para desacreditar o sistema de votação



O Brasil tornou-se uma referência mundial na realização de eleições. A vanguarda entre as democracias representativas contemporâneas é resultado da contínua e paulatina construção de um processo eleitoral eficiente, visando a plena vontade das cidadãs e cidadãos”

Ministro Kassio Nunes Marques, presidente do TSE

» Centro traz imprensa para dentro

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) inaugurou, ontem, o Centro de Divulgação das Eleições, na sede da Corte, em Brasília. O espaço atenderá jornalistas e profissionais da comunicação, do Brasil e do exterior, para divulgação dos resultados do pleito de outubro. Segundo o presidente, Kassio Nunes Marques, o objetivo é que o espaço se torne um ambiente de diálogo, onde “a transparência e o acesso à informação não encontrem qualquer obstáculos”. O ministro acrescentou que o trabalho da imprensa aumenta a credibilidade e a transparência das eleições. “A Justiça Eleitoral tem na imprensa uma aliada, por compartilhar com ela a paixão pela democracia e pela informação de qualidade”, disse.

“Nos planos apresentados, constam as medidas, os procedimentos e os mecanismos que serão adotados para prevenir e enfrentar situações capazes de comprometer a integridade do processo eleitoral. Para além disso, todas (as plataformas) assumiram o compromisso de, nos finais de semana em que ocorrerão o primeiro e o segundo turnos, enviar representantes ao TSE para participar de uma sala de situação voltada a impedir a disseminação de publicações que visem interferir na vontade do eleitor no momento mais crítico da eleição”, frisou Nunes Marques.

Descrédito

A iniciativa do TSE vem no momento em que crescem as suspeitas de que o governo norte-americano tentará influenciar a eleição presidencial em favor do candidato Flávio Bolsonaro (PL), cujo irmão Eduardo, que mora nos Estados Unidos, mantém vínculos com alas extremistas que cercam o presidente Donald Trump.

Em sabatina realizada em 21 de julho, que contou também com representantes diplomáticos, o filho 01 do ex-presidente Jair Bolsonaro colocou em dúvida a lisura do sistema de votação — disse que as urnas eram fabricadas pela empresa venezuelana Smartmatic. O TSE o desmentiu.

Além disso, a recente filiação irregular de Flávio ao Missão — desfeita pelo tribunal — o levou, em vídeo, a afirmar que o “sistema” tentava prejudicá-lo. Isso serviu para que seus apoiadores fossem às redes sociais atacar as urnas e o sistema de votação.

Antes, porém, o governo brasileiro negou os vistos de entrada no país de dois funcionários do Departamento de Estado dos EUA: Samuel Samson (secretário-adjunto) e Riley Barnes (subsecretário para Democracia, Direitos Humanos e Trabalho). Segundo reportagem do *The Washington Post*, o objetivo de ambos era elaborar um relatório colocando em dúvida a lisura do pleito brasileiro. A pauta da dupla era

“integridade eleitoral, liberdade religiosa e liberdade de expressão”.

Para o encontro de ontem no TSE, a embaixada dos EUA — chefiada interinamente por Kimberly Kelly, ministra-conselheira da Embaixada e Consulado no Brasil —, foi convidada a participar. A Corte não disse se alguém compareceu — 91 países foram representados.

A reunião estava prevista desde maio, quando Nunes Marques tomou posse na Corte. Atendeu, ainda, a uma demanda interna do TSE, pois uma ala da Corte está preocupada com o poder de interferência de fora do Brasil no processo eleitoral. Mas a área internacional do tribunal também foi procurada pela Embaixada dos EUA para discutir a visita de Samson e Barnes, cujos vistos foram negados.

Em 16 de julho, Nunes Marques reuniu-se com 25 embaixadores para explicar o sistema de votação, em encontro promovido pelos diplomatas. Já ali ele falou da segurança do processo.

Reunião pode decidir sobre “deepfake”

Os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) se reúnem, hoje, para tirar um consenso a respeito de vídeos de inteligência artificial (IA) que se encaixariam na categoria das “deepfakes”. A polêmica foi aberta pela inserção, na convenção nacional do PL, de um avatar de Jair Bolsonaro referendando a candidatura presidencial de Flávio Bolsonaro (RJ). O encontro entre os sete titulares da Corte seria na quinta-feira passada.

Depois do consenso sobre

“deepfake” é que o TSE julgará a ação da Federação Brasil da Esperança (PT, PCdoB e PV) contra o vídeo. Na convenção do PL, os participantes assistiram a um avatar de Bolsonaro. Na gravação, afirmava que estava preso e dizia que aquela era uma simulação. O conteúdo continha tarjas e avisos informando que fora produzido por IA.

OPT recorreu ao TSE e questionou a legalidade da peça. A defesa da campanha de Flávio salientou

que “o elemento juridicamente decisivo deve ser a capacidade concreta de enganar, falsificar acontecimentos, atribuir manifestação inexistente ou obscurecer a natureza sintética da peça. E, no caso, o aviso inicial neutralizou a possibilidade de confusão sobre a materialidade do vídeo”.

Os advogados da campanha de Flávio ressaltaram, ainda, que “o avatar reclamado nada mais é do que a versão moderna e tecnológica daquilo que sempre foi usado

em eventos partidários e eleitorais, como bonecos de papel, imagens em cartazes e até em máscaras”.

O ponto central da discussão está no artigo 9º-C da resolução do TSE sobre propaganda eleitoral. A regra proíbe a utilização de conteúdo sintético produzido ou manipulado digitalmente para criar ou modificar imagem ou voz de pessoa com o objetivo de favorecer ou prejudicar candidatura ou partido.

Segundo a federação liderada

pelo PT, a imagem digital de Bolsonaro é “deepfake”. A federação ainda recorreu ao STF argumentando que o avatar descumpra a ordem judicial imposta ao ex-presidente de não divulgar manifestos político-eleitorais, inclusive por terceiros — conforme proibição de Alexandre de Moraes prolatada em 17 de julho. “(O vídeo foi) planejado para alcançar as milhares de pessoas presentes no evento e, paralelamente, inculcáveis espectadores e eleitores através

das transmissões ao vivo”, ressalta a representação.

A defesa de Flávio afirma, porém, que a ferramenta não requer autorização da pessoa cujo avatar será exibido. Sobre esse segundo argumento, Moraes cobrou da campanha do candidato do PL, em 28 de julho, explicações sobre se o ex-presidente autorizara a realização do vídeo. Isso porque, caso tenha concordado, violaria as regras da prisão domiciliar. (Fabio Grecchi)